

SER MULHER E MILITANTE: A VONTADE DE ARTICULAR MUNDOS

Dione Matos de Souza Cardoso¹

Graziela Cucchiarelli Werba²

Recebido em: 15/01/2013 | Aceito em: 12/08/2013

Resumo: A agricultura brasileira é marcada pela efetivação do sistema capitalista e patriarcal; diante desta realidade, as mulheres camponesas organizaram-se buscando uma mudança. O presente artigo tem como objetivo promover a discussão acerca da formação produzida pelo Movimento de Mulheres Camponesas e seu atravessamento pelas questões de gênero. Concluímos que a discussão de gênero ainda é um desafio imprescindível para a ampliação das conquistas das mulheres.

Palavras-chave: Mulher; Movimento Social; Gênero

BEING WOMAN AND MILITANT: THE DESIRE TO ARTICULATE WORLDS

Abstract: The Brazilian agriculture is marked by the current capitalist and patriarchal system, regarding this reality the peasant women group organized themselves looking for a change. This article has the objective to promote the discussion about the formation made by the Peasant Women Movement and its concerns regarding gender topics. We conclude that the gender discussion is still a crucial challenge to the growth of women achievements.

Keywords: Woman; Social Movement; Gender.

1. Introdução

Historicamente, a agricultura brasileira é marcada pela efetivação do sistema capitalista e patriarcal, instaurando novas formas de produção, com ênfase da monocultura e na intensificação do uso de veneno, trazendo, como consequência, o endividamento, a miséria e a expulsão dos camponeses de suas terras. As mulheres camponesas deviam aprender os modos de serem prendadas, boas mães e donas de casa. Assim, a reeducação dos camponeses e camponesas, deu-se com o propósito de estabelecer novas formas capitalistas de produção e reprodução na vida do campo.

¹ Graduada em Psicologia pela ULBRA - Torres, membro do grupo de pesquisa Intervenções em Psicologia Social Crítica - Linha Comunidade, Gênero e Violência. E-mail: <dodidione@hotmail.com>

² Pós Doutora em Psicologia, Coordenadora de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão e Docente do Curso de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil, Campus Torres. E-mail: <grazielawerba@terra.com.br>

Para o Movimento de Mulheres Camponesas (2008), esse modelo de produção, resultante de uma sociedade capitalista patriarcal, gera crises que torna a vida quase desumana, revelando um estado limite onde a vida pede socorro. É diante do desafio de lutar pela defesa da vida, que as mulheres camponesas organizaram-se em busca de uma mudança estrutural na sociedade.

O presente artigo é resultante de uma pesquisa-ação realizada com as mulheres do grupo Movimento de Mulheres Camponesas – MMC - da região do litoral norte do Rio Grande do Sul, e tem como objetivo promover a discussão acerca da formação produzida pelo movimento social de mulheres e seu atravessamento pelas questões de gênero.

Os dados foram colhidos através de: observação participante, grupo focal, e diário de campo. Foram delimitadas as três categorias mais expressivas nos grupos focais: ser mãe, ser mulher e ser líder. A partir dessa delimitação buscamos articular conceitos fundamentais para esta discussão, retomando historicamente a gênese dos movimentos sociais, as especificidades do movimento de mulheres do campo e suas articulações com o movimento feminista.

Para analisar, discutir e interpretar os dados colhidos, optamos pela psicologia social crítica permeada pelo conceito de gênero.

2. Métodos

O primeiro contato com o grupo de mulheres do movimento social denominado MMC, com sede no município de Três Cachoeiras, deu-se durante a realização de um trabalho acadêmico. Nesse período, captamos a demanda de uma intervenção que discutisse as relações de poder entre os gêneros com as mulheres do movimento. Apreendemos que, mesmo em se tratando de um movimento social estruturado e politicamente ativo, as dificuldades em abordar a questão da violência contra a mulher do campo eram evidentes. Foi na interação entre o universo acadêmico e o universo consensual dessas mulheres que a discrepância entre a consciência política e as posições de gênero ganhou tamanha visibilidade que se tornou impossível ignorá-la. A importância desta intervenção é que ela brotou do movimento de mulheres em pleno diálogo com a pesquisadora, e sendo absolutamente pertinente ao nosso propósito político e acadêmico, rapidamente converteu-se em ação e pesquisa, em pesquisa-ação.

Qual a ação resultante desta pesquisa? É difícil dimensionar ou quantificar o que nossa intervenção lançou no grupo de mulheres, mas uma das principais mudanças produzidas foi justamente a visibilidade, a compreensão e o propósito de combater as relações de violência, antes quase naturalizadas naquela comunidade. E esta invisibilidade torna-se mais desafiadora quando pensamos no grupo especial de mulheres que constitui este movimento.

São as camponesas, agricultoras, arrendatárias e meeiras, mulheres do MMC, as protagonistas desta pesquisa. São pessoas com alto grau de consciência política e conhecimento sobre os movimentos sociais. São mulheres que, coletivamente, construíram e sustentam a dinâmica política no campo e levaram suas reivindicações com muita propriedade a todos os cantos do litoral norte do Rio Grande do Sul. São mães, trabalhadoras, negras, descendentes de europeus, donas de casa ou não. O grupo se complementa em sua rica diversidade, mas todas trazem “[...] na pele essa marca”, como diz Milton Nascimento, “essa

estranha mania de ter fé na vida”. [...]³. E foi essa marca que nos encantou, nos cativou e capturou nossa curiosidade, permitindo, também, vazar para dentro do grupo a nossa baliza: a luta contra a violência de gênero. Foi neste encontro, coroadado de respeito mútuo, que estabelecemos, em primeiro lugar, o diálogo e, posteriormente, as bases da pesquisa.

Veio do grupo regional de Três Cachoeiras, o universo pesquisado, composto de várias comunidades do Litoral Norte, totalizando 450 integrantes. A região do Litoral Norte é composta atualmente pelos seguintes municípios: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Osório, Santo Antônio da Patrulha, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Xangri-lá. Segundo a FEE (Fundação de Economia e Estatística), a estimativa do total da população do Litoral Norte (2009) é de 294.766 habitantes, sendo que 251.280 residem no meio urbano, enquanto que 43.486 residem no meio rural. O equivalente a 55% da população, ou 162.669 habitantes, pertencem ao gênero feminino.

Considerando esta realidade, a coleta de dados foi realizada no município de Três Cachoeiras, na sede do Movimento das Mulheres Camponesas, como também nos grupos de base nos municípios pertencentes ao movimento. No decorrer do processo, cuidamos para que os locais das entrevistas atendessem aos requisitos de sigilo e conforto para as participantes da pesquisa. Todas as mulheres participantes assinaram um Termo de Consentimento Informado para pesquisas com seres humanos, de acordo com o Comitê de Ética da ULBRA.

2.1. Instrumentos

Cabe salientar que as mulheres participantes desta investigação foram donas de suas vozes e tiveram seus saberes reconhecidos e legitimados sistematicamente, dentro do que se espera na pesquisa-ação.

Conforme nos pauta Thiollent (2004, p. 14):

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou como uma resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e ou participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Através de uma abordagem qualitativa, conforme nos orienta Goldenberg (2011), procuramos compreender de maneira profunda os fenômenos sociais que surgiam, sem deixar de apreendermos todo o universo existencial de cada mulher.

Assim, nesta pesquisa, os dados foram coletados através de: observação participante, grupo focal e diário de campo. A observação participante foi realizada na Sede Regional do Movimento de Mulheres Camponesas, no município de Três Cachoeiras, Rio Grande do Sul, e em reuniões realizadas nas localidades dos grupos de base.

Foram realizados cinco grupos focais com mulheres, contando com quatro a oito participantes cada um, sendo quatro grupos focais realizados nas comunidades de base e um grupo com as líderes na sede do MMC. A todos os grupos foi lançada a mesma pergunta: *Vocês percebem algum tipo de relação de violên-*

3 Maria, Maria. Milton Nascimento, www.lettras.terra.com.br

cia em seu cotidiano? Quais seriam? Falem livremente sobre elas.

O diário de campo foi utilizado como instrumento básico e essencial para o registro de dados, assim como as experiências vivenciadas ao longo do percurso. Para analisar, discutir e interpretar os dados colhidos, trabalhamos com a psicologia social crítica perpassada pelo conceito de gênero.

Entendemos que, ao fazer uma análise sobre o conceito de gênero, com base nos movimentos feministas, podemos perceber a evolução dos estudos e a afinidade deste conceito com a psicologia social crítica, esta psicologia que lança um olhar sobre a história, para a sociedade e para a cultura, entendendo o ser humano como produção deste contexto.

De acordo com Petersen (1999), o conceito de gênero abre uma brecha no conhecimento sobre a mulher e sobre o homem, tornando possível uma compreensão renovadora e transformadora de suas diferenças e desigualdades. Para além das diferenças individuais, é importante salientar as interações sociais que influem nos resultados educativos e ocupacionais, entre tantos.

Após a realização dos grupos focais e a submissão das ideias aos mesmos grupos, passamos a construir uma análise de dados. Pensando nas teorias críticas, vemos que somente podemos falar de *uma* análise e não *da* análise de dados, pois não há como nos abstrairmos de nossa própria historicidade ao aceitar a difícil tarefa de dizer o que as outras pessoas pensam e sentem. Por isto, passamos a apresentar a nossa análise, que foi tecida a muitas mãos, contando sempre com as interpretações das autorias principais: as mulheres entrevistadas.

Deste modo, obtivemos várias categorias e pinçamos as três que reverberaram nas falas de todos os grupos: ser mãe, mulher e líder.

3. Discussão dos resultados

O Conhecimento Social Aproxima-se do Caótico, Convive com o Erro e é Imprevisível, pelo Menos em Parte. Pedro Demo (2008, p. 54).

Esta pesquisa-ação, inicialmente, teve o intuito de investigar as relações de poder e as possíveis violências perpetradas contra as mulheres camponesas, por seus maridos, companheiros. Inicialmente pensamos que a intervenção possibilitaria obter novos dados e que estes poderiam auxiliar a identificar, abranger e suscitar novas formas de enfrentamento e combate à situação de violência. Porém, a partir das interações com as participantes, percebemos que outro tema emergia nos grupos para além daquele estabelecido em nosso projeto inicial.

Parafraseando Tittoni e Jacques (2007), surge então a necessidade de articulação entre teoria e prática, princípio básico da pesquisa em psicologia social, onde o problema formulado por nós pesquisadoras não foi o ponto de chegada, mas sim um ponto de partida, sendo reconsiderado, reformulado e substituído no curso da pesquisa.

Desta forma, o projeto inicial tomou outro rumo, permitindo que o grupo de mulheres refletisse acerca do seu cotidiano, desenvolvendo novos questionamentos, novos objetivos e outras formas de en-

frentamento.

Durante o desenvolvimento dos grupos focais, realizados nas comunidades de base, as categorias temáticas: ser mãe, mulher e líder foram entrelaçando-se às questões pertinentes à participação no movimento social. Embora a frase-estímulo fosse: *Vocês percebem algum tipo de relação de violência em seu cotidiano? Quais seriam?*, era evidente o atravessamento das questões de gênero na formação militante das mulheres camponesas. Esse pertencimento ao movimento social problematizava a dicotomia entre o preceito de libertação, usando uma expressão freireana, e um cotidiano ainda vivido com muitas opressões.

A partir destes primeiros achados, reformulamos nossa questão-problema da seguinte maneira: que tipo de formação se produz no movimento social de mulheres, que não leva em consideração o atravessamento crucial das questões de gênero? Essa pergunta não é nova, mas ainda não foi respondida e parece ser ainda uma ferida aberta em movimentos sociais de mulheres. Esta é uma contradição que vem custando muito caro para as mulheres e é justo que parta delas o desejo de novamente se lançarem nesta questão.

3.1. Movimentos Sociais: Movimento de Mulheres e Movimento Feminista

A análise dos movimentos sociais pode ser desenvolvida através de vários prismas. Segundo os estudos de Gohn (2010), a vertente marxista permite reconhecer que as lutas sociais objetivam a transformação das condições de vida, das dificuldades econômicas e da opressão social, política e cultural. Alguns estudiosos defendem a ideia de que o paradigma marxista somente pode ser aplicado aos movimentos sociais como sinônimo de análise do movimento operário; tal enfoque desconsidera as distinções entre as abordagens ortodoxas e não ortodoxas das correntes marxistas.

Ainda Gohn (2010, p. 174) aponta alguns achados:

O que é destacado nos estudos marxistas contemporâneos é que os movimentos não surgem espontaneamente. O que gera os movimentos sociais são organizações de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens e serviços que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos. Eles não existem *a priori*, tornam-se movimentos pelas ações práticas dos homens na história. Organização e consciência serão fatores decisivos para explicar o seu desenrolar.

Na América Latina, as associações e movimentos comunitários surgem antes da década de 70. Porém, é nos anos 70 que sua expansão se dá em articulação com a ala dissidente da Igreja Católica.

Para Gohn (2009), os movimentos comunitários se dividem em duas fases: a primeira, articulada com lutas específicas e localizadas de resistência e agregadoras de vários setores de oposição ao regime político. Na segunda fase, após os anos 80, ocorre a reformulação partidária e a Igreja deixa de ser o centro agregador das demandas populares. É a partir desta composição que os movimentos criam seu código de ética e sua forma de atuação nos grupos e nas comunidades. “Os fundamentos desta ética advêm de concepções formuladas por teólogos ou por assessores leigos da Igreja. Estas concepções demarcam o comportamento das lideranças e das bases do movimento” (Gohn, 2009, p. 38). Ou seja, para a autora, a formação das lideranças não se dá de forma aleatória, mas está a serviço de um código de ética já existente, o que nos permite questionar o caráter formador dos movimentos sociais.

A história do grupo regional de Três Cachoeiras soma-se à história de outros movimentos sociais que se consolidaram na década de 80 na América Latina. Nascido da ala dissidente da Igreja Católica, mais especificamente da Pastoral da Terra, durante a década de 90, o grupo de mulheres da comunidade se organiza, criando um espaço para reivindicar seus direitos e melhores condições na vida rural, sob a sigla MMR – Movimento de Mulheres Rurais.

Em 2003, um grupo de mulheres representantes de vários movimentos autônomos, em prol do fortalecimento das lutas, aprovou a unificação das bandeiras MMR e Via Campesina⁴ sob a nova identidade MMC – Movimento de Mulheres Camponesas. Durante a reunião o termo camponês foi amplamente discutido (MMC, “n.d.” para. 8):

Fizemos debates sobre a categoria camponês que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar, a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz.

Para a Via Campesina, o conceito de camponês representa um sujeito de resistência. Ou seja, “um sujeito que busca outro modo de vida, baseado em valores diferentes dos neoliberais, questionando a prioridade do lucro, da tecnologia e da individualidade, em relação ao bem-estar social e ao conhecimento tradicional das comunidades” (Niemeyer, 2007, p. 168). É a partir da unificação dos vários movimentos sociais que o movimento de mulheres rurais se fortalece sob outra denominação e pressupostos que vêm ao encontro das lutas sociais.

A história das mulheres é marcada por desigualdades e por lutas constantes. Neste sentido, o feminismo contribuiu e continua contribuindo de forma significativa, através de ações e estudos, para o rompimento de situações opressoras.

Louro (2011), situa historicamente o movimento feminista: a primeira *onda* do feminismo voltava-se para estender o direito de voto às mulheres. Foi na década de 60 que o feminismo voltou-se para as construções propriamente teóricas, debates entre estudiosas e militantes e seus críticos e críticas, criando e problematizando o conceito de gênero.

O ano de 1968 foi marcado pelas manifestações coletivas, rebeldias e contestações. É neste contexto que o movimento feminista contemporâneo ressurgiu, não só em manifestações e marchas, mas também através de livros, jornais e revistas. Militantes feministas levaram para as escolas e universidades questões que as mobilizavam, surgindo a partir daí os estudos sobre a mulher.

Ainda segundo Louro (2011), o objetivo das estudiosas feministas era tornar visível a mulher, que durante muito tempo fora, historicamente, afastada do mundo social e político, tornando-se invisível como sujeito, inclusive como sujeito da ciência. Já eram percebidos alguns rompimentos, por algumas mulheres, que exerciam atividades fora do ambiente doméstico, porém, ainda assim, eram sempre controladas e dirigidas por homens e representadas como secundárias, de assessoria ou auxílio e, na maioria das vezes, ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação. As estudiosas feministas iriam observar as características

⁴ Segundo Niemeyer (2007, p. 164): Refletindo sobre “a razão de ser” da Via Campesina, as lideranças camponesas teriam concluído que esta seria a oportunidade para a criação de um movimento social liderado e conduzido por pequenos agricultores, através do qual pudessem falar por si mesmos, sem autorização de ONGs ou outros atores.

dessas ocupações e denunciar a falta feminina nas ciências, letras e artes. Por isso, os estudos iniciam com descrições das condições de vida e trabalho das mulheres em diferentes instâncias e espaços.

Estes primeiros estudos tiveram o mérito de transformar as poucas referências às mulheres, em tema central. Levantaram informações, construíram estatísticas e, principalmente, problematizaram questões que não ocupavam espaço acadêmico: o cotidiano, a família, a sexualidade.

Neste sentido, é importante contrapor-se à justificativa que as desigualdades sociais entre homens e mulheres sejam remetidas às características biológicas.

De acordo com Oliveira e Werba (2011, p. 45), o gênero está muito vinculado às prescrições e representações sociais do que torna um macho em um homem e uma fêmea em uma mulher, pois cada cultura cria imagens do que homens e mulheres devem ser.

O Movimento de Mulheres Camponesas representa a “vontade de articular os dois mundos expressa na escolha dos nomes de seu grupo [...] expressão que une os dois papéis sociais que até pouco tempo eram considerados opostos quanto ao presumido bem-estar da família (Giulane, 2007, p. 651)”. Desta forma, podemos pensar que esta articulação propõe a interação entre o movimento feminista e o movimento de mulheres?

Em um artigo de 2004, Alvarez faz uma análise desta dupla nomenclatura que é retomada por Gohn (2007, p. 55), como categorias diferentes, com distintas atuações. Nesta análise fica evidente que as feministas estão envolvidas nos debates e na organização do campo feminista, lutando por demandas centradas nas mulheres, com participação política, ocupando espaços públicos e tendo notória visibilidade.

Já o movimento de mulheres, embora mais numeroso, se mantém invisível enquanto movimento de ou das mulheres. Para a socióloga Gohn (2007), no caso das mulheres, o que tem visibilidade social e política é a demanda da qual são portadoras, demanda esta que beneficia toda a população, mas que geralmente é protagonizada pelas mulheres.

Para as militantes do MMC, a luta em defesa da vida diz respeito “à produção agroecológica de alimentos, à luta por políticas públicas que respondem às necessidades da produção camponesa, à luta por vida digna no campo, contra todo e qualquer tipo de violência seja contra mulheres, seja contra qualquer trabalhador (MMC, 2008, p. 11)”.

Embora possamos visualizar as diferentes concepções acerca do movimento feminista e do movimento de mulheres, compreendemos que estas duas categorias acabam entrecruzando-se no cotidiano das integrantes do MMC. No grupo pesquisado, estes conflitos explicitam o sofrimento das mulheres do movimento, causado pela desigualdade entre os gêneros:

Então a gente aprendeu, tá aprendendo, e pra dizer isso é bastante difícil, tu tem que te libertar mesmo. Eu acho que é uma coisa bem difícil na vida de um casal a mulher não ser liberta, ser completamente submissa, e até pra continuar uma vida a dois, porque isso pode acontecer e termina rompendo o casamento muitas vezes. Buscar liberdade e continuar casada com o mesmo homem, esse é o difícil! Porque dá um passo pra frente e dois pra trás, no fim fica sapateando no mesmo lugar, isso é raro. J. L., participante da pesquisa (abril, 2012).

3.2. Mulher Camponesa e as Relações Assimétricas entre os Gêneros

A análise dos grupos focais demonstrou que a participação das mulheres no MMC é permeada por conflitos diretamente ligados às desigualdades entre os gêneros. Entendemos que tais diferenças de gênero vão muito além do que simplesmente diferenciar o que é masculino do feminino, à medida que implicam a representação social que homens e mulheres têm na sociedade, o que é aprendido na convivência familiar, mas, sobretudo, no convívio social, permeado pelas relações de poder.

Os homens, acho que sabem o que é mulher; agora, a mulher não sabe o que é mulher. Eles acham que a mulher é pra tudo, pra fazer tudo. Mulher é pra tudo, é pra roupa, é pra casa, é pra filho, é pra comida, é pra roupa é pra tudo, e pra ele também (risos). E ele acha que é só na roça, chega em casa, deita, dorme e a mulher tem que dar conta de tudo e ainda mais ir pra roça. R. M., participante da pesquisa (abril, 2012).

No contexto rural estas diferenças persistem; a mulher camponesa está inserida em uma sociedade patriarcal, imersa no contexto familiar, na criação dos filhos, e no trabalho que segue uma divisão rígida de papéis de gênero, sendo, na maioria das vezes, pouco reconhecido.

Neste sentido, para as mulheres pesquisadas, a condição de ser mãe ainda é carregada da ideologia dos Anos Dourados, em que a “vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas da feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade (Bassanezi, 2007, p. 609)”.

Mas a questão das mulheres, que a gente tava falando aqui, diz que é a mulher, e a gente sabe também, porque elas se sentem na obrigação de estar em casa na hora de botar o almoço na mesa, de fazer o almoço, de esperar para o café. Olha, ela tem que estar sempre à disposição da casa, dos filhos e do marido. R. M., participante da pesquisa (abril, 2012).

Ela era uma mãe, e não era uma mulher. Primeiro mãe, mulher quando der. Tu vai ficando sozinha, sem os filhos, tu vai te sentindo assim. Daí tu começa a pensar, quem tu é? S. S., participante da pesquisa (abril, 2012).

O que é ser mulher, pelo fato de gerar uma vida, de amamentar?. Olhando por esse lado, eu acho lindo ser mulher. O. R., participante da pesquisa (abril, 2012).

Neste sentido, para as pesquisadas, ser mulher está vinculado diretamente ao casamento e à maternidade, não como uma opção de vida, mas como um destino a ser cumprido ou um fardo a ser carregado; assim, as mulheres camponesas acabam relacionando tanto as coisas boas e ruins de ser mulher com as questões familiares (SILIPRANDI, 2009).

3.3. A Busca pela Liberdade: o Conflito entre ser Militante e Camponesa

Outra questão importante abordada pelas mulheres pesquisadas refere-se à participação no movimento social MMC. Para elas, a participação é permeada por muitas dificuldades, porém, fundamental para entender o mundo de outra forma, como segue o relato:

Eu também, quando tinha marido, eu não podia participar de nada, meu marido não queria nem que eu me associasse ao clube de mães. Mas eu era teimosa (risos), daí foi indo, foi indo. Mas cada vez que tinha reunião, que eu saía pra fora, ele não gostava que eu saísse. M. O., participante da pesquisa (abril, 2012).

Para Giuliani (2007, p. 646), “No campo, a autoridade do chefe de família – do pai ou do marido – extrapola o espaço doméstico e muitas vezes impõe-se, negando a participação das mulheres nas decisões nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos.”

A participação no MMC pode ser, para as mulheres pesquisadas, uma alternativa de enfrentamento a esta ordem patriarcal, de expropriação do direito à participação política, sendo entendida por elas como a conquista da própria liberdade.

Não só comigo, mas qualquer outro tipo de mulher. Eu percebo, porque quando a gente convida as mulheres pra uma reunião, ah meu marido não gosta muito que eu saia. Eu acho que a mulher não está liberta né? Eu acho que, como o homem tem aquele, sei lá, ele é livre, ele vai, não pede, em qualquer lugar; eu acho que a mulher tem que ir e ter a liberdade dela de uma vez. R. O. participante da pesquisa (abril, 2012).

Segundo Godinho (2009, p. 154), a questão da liberdade é refletida na frequente menção de vários aspectos:

Para as mulheres, o destaque para liberdade e igualdade sugere com certa frequência a relação com liberdades individuais. Também mencionada genericamente como um direito, a liberdade é associada à liberdade de poder trabalhar, de poder decidir, de escolher, de poder fazer o que quiser, de poder sair de casa, de sair/casar ou namorar com quem quiser, ser independente, e ao direito de ir e vir quando quiser.

Ao mesmo tempo em que as mulheres pesquisadas referem-se ao movimento como um espaço de aprendizado que lhes possibilita a conquista desta liberdade, elas sentem-se culpadas e causadoras de sofrimento para seus companheiros e sua família.

Porque eles vão sofrer muito mais do que a gente, porque eles não têm a capacidade que a gente tem de dar chute no balde, de, né, de dizer o que pensa, porque a mulher, quando se liberta, se liberta mesmo! Daí, quando se liberta termina violentando, mesmo achando que não, né? . J. L., participante da pesquisa (abril, 2012).

Touraine (2007, p. 51) toma esta ambiguidade como:

Minha hipótese é de que toda mulher carrega consigo um sujeito-mulher, visto que a sociedade na qual ela vive, sendo polarizada, faz das mulheres as principais personagens da inferioridade e da dependência. Todavia, a maioria delas vive dentro de quadros sociais largamente interiorizados que as obrigam a julgar-se a si mesmas em função dos deveres que devem cumprir e dos sentimentos que a sociedade introduz nelas, bem como tantas normas a serem respeitadas que, em princípio, o são por um “atributo natural”.

Esta dimensão, que nos parece dividida, entre o desejo pela liberdade como algo individual e a participação política como um projeto coletivo, remonta à história secular das mulheres, à divisão entre os espaços público e privado.

A historiadora Milchelle Perrot (2007), mostra que de início o espaço doméstico assegura o triunfo da razão; ele enraíza a disciplina à mulher, abolindo toda a vontade de fuga. Os espaços de confinamento são muitos, é preciso proteger as mulheres e ocultar sua sedução. “O homem público é uma honra; mulher pública é uma vergonha, mulher de rua, do *trottoir*, do bordel. O aventureiro é o herói dos tempos modernos; a aventureira, uma criatura inquietante (p. 136)”.

Ainda segundo Perrot (2007), a política foi para as mulheres a fronteira mais difícil de transpor. Como o centro de poder e decisão era considerado propriedade característica dos homens, um mundo que não pertencia às mulheres, “ser mulher na política, ou ainda, ser uma ‘mulher política’, parece a antítese da feminilidade, a negação da sedução, ou ao contrário, parece dever tudo a ela (p. 153)”.

Inconformadas com a sua condição, as mulheres ao longo da história se movimentaram, tomando consciência de que era preciso agir para dar forma as suas aspirações, desejos e voz.

Esta efervescência dos movimentos emancipatórios traz consigo algumas contradições, como nos assinala Agacinski (1999, p. 162):

Assim, no século XIX, dois tipos de estratégias se opuseram: a que privilegia a conquista dos direitos civis e a que colocava em primeiro plano a conquista da cidadania, pela qual lutou Hubertine Auclert – para quem a possibilidade de votar as leis parecia a chave de todo o resto. Os movimentos feministas se dividiram, inevitavelmente, como em qualquer luta política, porque era preciso fixar objetivos e escolher estratégias. Que objetivos as mulheres devem alcançar hoje? Será que elas devem exigir apenas a igualdade?

Tal diversidade de estratégias e modos de pensar, por vezes conflitantes, surgida no movimento feminista, nos faz pensar nas práticas cotidianas dos movimentos sociais deste século, como critica Boaventura Souza Santos (2007), convidando a analisar a relação entre os movimentos. O autor denuncia com propriedade o excesso de teorias separatistas na pluralidade dos movimentos sociais, entendendo que, priorizar um movimento em detrimento de outro pode ser nefasto ao conjunto de interesses humanos.

Esta reflexão não pretende desqualificar a representação do movimento feminista na organização das lutas, tampouco ignorar que as conquistas das mulheres camponesas foram possíveis pelo desempenho destas articulações. O que propomos é justamente o entendimento desta lacuna, que se apresenta para as mulheres camponesas como mundos distintos, ainda incompreendidos, o público e o privado, ou seja, entre os projetos coletivos de defesa da vida e os desejos individuais pela própria liberdade.

“*Ser Mulher é ter Coragem, Acho que não Existe Mulher Liberta.* (J. L., participante da pesquisa (abril, 2012))”.

O surgimento dos movimentos sociais foi gerado pela organização de cidadãos que, insatisfeitos com problemas recorrentes em seu dia a dia, desenvolveram ações práticas de enfrentamento destas situações. Na América Latina, durante a década de 70, sua expansão deu-se através da articulação com a ala dissidente da Igreja Católica. Para as mulheres camponesas as Pastorais foram o berço de iniciação política em prol da libertação. A ruptura se deu quando as mulheres, reconhecendo a história de repressão da Igreja Católica, optaram por continuar a caminhada de forma autônoma, iniciando assim, o Movimento de Mulheres Agricultoras. As reivindicações das mulheres camponesas, durante a Constituição de 1988, foram fundamentais, como assinala Sales (2010, p. 427):

Durante a década de 80 as mulheres camponesas começaram a se organizar, as principais reivindicações tratavam do reconhecimento civil, trabalhista, pelo direito de ter o título da terra e por participação política. O reconhecimento desta luta se deu durante a Constituição de 1988, com a inclusão das propostas referentes aos direitos das mulheres.

Outra conquista importante foi a garantia da titularidade conjunta da terra no caso dos assentamentos rurais, mesmo após a separação do casal, e o direito de permanecer na terra, desde que fique com a guarda dos filhos. Os benefícios previdenciários (auxílio- maternidade, aposentadoria) e a linha de crédito de investimentos para mulheres do Programa Nacional da Agricultura Familiar Mulher (PRONAF), também foram frutos da reivindicação dos movimentos de mulheres durante a mobilização denominada Marcha das Margaridas⁵.

Atualmente, o MMC é bastante organizado e atuante em todo o país. Foi esta atuação organizada, no município de Três Cachoeiras, que nos chamou a atenção. O primeiro contato e a forma receptiva com que fui acolhida pelo grupo, nos fez perceber que ali seria um espaço que proporcionaria compartilhar saberes e práticas; logo apreendemos a demanda de uma intervenção psicossocial que discutisse as relações de poder entre os gêneros.

As mulheres camponesas apropriaram-se do espaço de discussão e assim pudemos construir de forma conjunta o percurso da pesquisa, que se transformou em pesquisa-ação. Este diálogo “onde a implicação é elemento fundamental (NASCIUTTI, 2002, p.113)” fez emergir outro tema: o atravessamento das questões de gênero na formação militante das mulheres camponesas. Afinal, que tipo de formação se produz no movimento social de mulheres, que não leva em consideração o atravessamento crucial das questões de gênero?

A primeira discussão, durante o processo de análise, centrou-se nas diferenças substanciais entre o movimento de mulheres e o movimento feminista. Esta diferenciação nos fez repensar tanto a constituição do MMC como seus pressupostos norteadores. Embora as líderes se digam feministas, sua bandeira defende uma concepção mais ampla de vida com dignidade, justiça e comprometimento com a transformação da sociedade, tanto para homens como para mulheres.

Durante a análise dos grupos focais, as categorias mãe, mulher e líder ecoaram na fala das participantes. Estes dados nos ajudaram a perceber os conflitos entre as desigualdades dos gêneros vivenciados pelas mulheres camponesas. Até então, não seria para nós uma surpresa, já que estudos mostram que, no campo, o sistema patriarcal ainda predomina. Porém, *a priori*, a partir da participação política desenvolvida pelas mulheres e da posição de liderança que exercem em suas comunidades, acreditávamos que elas teriam uma vida menos oprimida e uma capacidade de reconhecer esta opressão em seu cotidiano.

Então, o que buscam as mulheres camponesas no movimento social? Neste sentido, as mulheres apontam que a maior conquista é a liberdade de ir e vir e a participação política.

Para elas, esse desejo de liberdade está relacionado ao mundo privado de suas casas e de suas relações familiares, e à participação política, a uma dimensão pública. Mais uma vez nos deparamos com

⁵ Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena.. Leva este nome em homenagem à dirigente sindical Margarida Maria Alves (1943-1983), brutalmente assassinada, que se tornou símbolo da luta das mulheres por terra, trabalho, igualdade, justiça e dignidade. Disponível em: http://www.contag.org.br/hotsites/arquivos%20marcha%202011/Conte%C3%BAdos%20para%20o%20hotsite/Material%20de%20Divulga%C3%A7%C3%A3o/folder_margaridas.pdf.

a clássica divisão histórica entre o público e o privado, que delimita os espaços a serem ocupados pelas mulheres.

Sim, poderíamos pensar desta forma, porém, aquilo que nos parece uma contradição de ideais pode ser na verdade uma saída para as mulheres camponesas exercitarem, no espaço público, a conquista da liberdade.

Streck, Redin, Zitkoski (2008, p. 245), homenageiam Freire (2004):

O conceito de liberdade transcende a ideia individualista, do mundo moderno e pós-moderno, de realização de todos os desejos acima de qualquer limite.

A esse respeito, ele apresenta dois argumentos principais. Primeiro, “a vontade ilimitada é a vontade despótica, negadora de outras vontades e, rigorosamente, de si mesma. É a vontade ilícita ‘dos donos do mundo’ que, egoístas, só se veem a si mesmos” (Freire, 2000, p. 34). Por isso, “a liberdade sem limite é tão negada quanto a liberdade asfixiada ou castrada” e ela “amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade” (Freire, 2004, p. 105). Isto é, a liberdade não se opõe à liberdade alheia, como vontade despótica, nem termina onde começa a liberdade do outro, mas ela se realiza quando se encontra com outras pessoas na luta pela sua liberdade e pela das outras.

A palavra movimento veio do latim, *movere*: “colocar em marcha, mover, fazer deslocar-se”, etimologia necessária para compreendermos que o MMC caminha em busca de suas conquistas, e ao mesmo tempo se contradiz em suas concepções.

Ao final da pesquisa, rica em achados, acreditamos que abordar as questões de gênero no MMC é fundamental para o que Guareschi (2009) chama de consciência social, ou seja, o desenvolvimento da percepção de que a sociedade é construída a partir das relações, ações e práticas que carregam em si uma ética, e diante disso é preciso tomar partido. É preciso compreender de que é chegada a hora do movimento em busca da efetivação da articulação dos dois mundos, um embate talvez mais difícil, mas que poderá ampliar as perspectivas e conquistas do movimento de mulheres, sejam elas do campo ou da cidade.

Referências

AGACINSKI, S. **Política dos sexos**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira. 1999.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. Em: PRIORE, M. D. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto. 2007.

DEMO, P. **Pesquisa Participante: Saber pensar e intervir juntos**. Brasília, DF: Liber Livro. 2008.

BRASIL. **Fundação de Economia e Estatística, [FEE]**. Disponível em: http://www.fee.tcche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao.php. Acesso em 30/09/2011.

GIULIANE, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. Em: PRIORE, M. D. (Org.).

História das mulheres no Brasil. São Paulo, SP: Contexto. 2007.

GODINHO, T. Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras. Em: VENTURI, G; RECAMÁN, M; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo. 2009.

GOHN, M. G. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. Em: **Revista Política & Sociedade**, 11, 41 -70. 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1255>. Acesso em: 30/09/2011.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo, SP: Cortez. 2009.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo, SP: Loyola. 2010.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, RJ: Record. 2011.

GUARESCHI, P. A. **Psicologia social crítica como prática e libertação.** Porto Alegre, RS: EDIPUCRS. 2009.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes. 2011.

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas. **Potencializando sonhos, preservando a vida [folheto].** Três Cachoeiras, RS: Movimento de Mulheres Camponesas. 2008.

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas. **A afirmação de muitas histórias.** Organização do MMC. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/menu/organizacao.html>. Acesso em: 10/08/2010.

NASCIUTTI, J. C. R. A instituição como via de acesso à comunidade. Em: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia.** Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

NIEMEYER, C. B. Via Campesina: Uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. M. 2007. Disponível em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/carolina_burle_niemeyer.pdf. Acesso em: 20/04/2012.

OLIVEIRA, L. R.; WERBA, G. C. De Maria Bonita a Maria da Penha: recontando histórias e visibilizando as mulheres. Em: STREY, M. N. PIASON, A. S.; Julio, A. L.S. (Orgs). **Vida de Mulher: gênero, sexualidade e etnia.** Porto Alegre, RS: EDIPUCRS. 2011.

PERROT, M. **Minha história das mulheres.** São Paulo, SP: Contexto. 2007.

PETERSEN, A. T. Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero. Em: STREY, M.N. (Org.). **Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho.** Porto Alegre, RS: EDIPUCRS. 1999.

SALES, C. M. V. Mulheres Jovens rurais: marcando espaços. Em: SCOTT, P; CORDEIRA, R.; MENEZES, M. (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis, SC: Ed. Mulheres. 2010.

SANTOS. B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo, SP. Boitempo. 2007.

SILIPRANDI, E. (2009). Urbanas e Rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. Em: VENTURI, G; RECAMÁN, M; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo. 2009.

STRECK, R. D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J.J. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte, MG: Autêntica. 2008.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo, SP: Cortez Editora. 2004.

TITTONI, J.; JAQUES, M. G. C. Pesquisa. Em: STREY, M. N.; JACQUES, M.G.C; BERNARDES, N.M.G.; GUARESCHI, P. A; CARLOS S. A;FONSECA, T. M. G. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.